

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018**

(Processo Administrativo n.º 01208.000263/2018-92)

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST**, sediado na Rua General Bruce, n.º 586, Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20921-030, por meio do seu **PREGOEIRO**, nomeado pela Portaria MAST n.º 47/2018, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **05/12/2018**

Horário: **14h00**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais para manutenção predial, para a guarda e preservação do acervo histórico documental do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST e para intervenção e restauração da estrutura de madeira do pavilhão Bamberg, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/240124

Fonte: 0178

Programa de Trabalho: 90600

Elemento de Despesa: 339030

PI: 2000000H-01

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. Para iniciar o procedimento do registro cadastral no SICAF, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão o33u entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que estejam sob falência, , concurso de credores, , em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.3. que estejam reunidas em consórcio;

- 4.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total do item;
- 5.6.2. Marca;
- 5.6.3. Fabricante;
- 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## 6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão.
- 6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

- 6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio

eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 7 (sete) dias úteis contados da solicitação.

7.5.2.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.5.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.5.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.5.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.5.2.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.3. **Habilitação jurídica:**

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de

microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 8.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail **licitacao@mast.br**. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.



- 8.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.7. Em relação às empresas cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista segundo o disposto nos artigos 5º, 6º, 10 a 15 e 21, III da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.7.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.7.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal.
- 8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização

fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do recebimento da Nota de Empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

## 14. DO PREÇO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## 15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 18.1.2. apresentar documentação falsa;
  - 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.5. não mantiver a proposta;
  - 18.1.6. cometer fraude fiscal;
  - 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo.
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mast.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua General Bruce, n.º 586, Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20921-030 ao Serviço de Compras, Licitações e Contratos.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.9. 21.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e (<http://www.mast.br/pt-br/licitacoes-e-contratos.html>), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua General Bruce, n.º 586, Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados
- 20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 20.10.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2018

**José Carlos Ferreira da Silva**

Coordenador de Administração

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**(COMPRAS)**

**MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST**

**PREGÃO Nº 06/2018**

**(Processo Administrativo n.º 01208.000263/2018-92)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais para manutenção predial, para a guarda e preservação do acervo histórico documental do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST e para intervenção e restauração da estrutura de madeira do pavilhão Bamberg, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	259735	<b>Água Ráz 5 litros</b> - a base de hidrocarbonetos do petróleo e solventes orgânicos, isento de benzeno, utilizado como diluente de tintas e removedor em geral.	Galão	1	R\$ 76,69	R\$ 76,69
2	273094	<b>Argamassa saco c/1kg</b> - composição cimento, calcário e aditivos, cor cinza platina, aplicação rejunte de placas cerâmicas em pisos e paredes.	Saco	5	R\$ 5,95	R\$ 29,75
3	111600	<b>Sifão corrugado - Cor: Branco;</b> Matéria Prima: Polipropileno com aditivo antifungo; Anéis de vedação de borracha nitrílica; Impede o retorno de gases existentes na tubulação devido ao fecho hídrico; Dimensões: 660 mm x 300 mm; Peso: 130 gramas; Garantia mínima do fabricante: 12 meses.	Unid.	10	R\$ 11,66	R\$ 116,60
4	60631	<b>Silicone acético 280g incolor</b> - Indicado para vedações e colagens em ambientes com alta umidade, como cozinhas e banheiros, em aparelhos sanitários, pias, boxes,	Unid.	4	R\$ 25,95	R\$ 103,80

		banheiras e tanques. Não indicado para telhas de policarbonato, vidros laminados, pedras e granitos ou superfícies pintadas. Impermeável e flexível depois de curado.				
5	150473	<b>Torneira</b> - Cromada de parede bica alta móvel com arejador 1/2" para cozinha; Dimensões aproximadas: Comprimento 207 mm; largura 100 mm; altura 271 mm; Vazão na pressão mínima (litros/minuto): 5,0 l/min; Vazão na pressão máxima (litros/minuto): 20,0 l/min; Pressão mínima de funcionamento (metros de coluna d'água): 2; Pressão máxima de funcionamento (metros de coluna d'água): 40; Tipo de jato: jato aerado; Mecanismo de fechamento rotativo; Composição básica: liga de cobre (bronze e latão), plásticos de engenharia e elastômeros. Norma NBR: 10281. Similar a ref. 1168 - Deca.	Unid.	2	R\$ 439,99	R\$ 879,98
6	258317	<b>Assento sanitário c/ tampa, parafusos e porcas; Cor: Branco;</b> Dimensões aproximadas AxLxP: 3x38x44,5 cm; Matéria prima: Tampa/ Parafusos/ Porcas: polipropileno. Assento: polietileno; Porca com três aletas ergonômicas para aperto manual; Formato oval, tamanho adulto; Peso: 920 gramas; Parafusos com formato que possibilita ajuste a distância entre os orifícios do vaso. Adaptável a todos os vasos sanitários do mercado (universal). Referência: Similiar a Deca	Unid.	20	R\$ 36,54	R\$ 730,80
7	259735	<b>Solvente orgânico composto para adesivo de contato. Lata 900ml.</b>	Lata	3	R\$ 52,20	R\$ 156,60
8	223133	<b>Solvente industrial - 5 litros -</b> Teor máximo enxofre 0,30% peso, ponto de fulgor -12C, ponto de fusão 110C, teor insolúvel em água, aplicação	Galão	3	R\$ 78,17	R\$ 234,51

		diluyente de tintas.				
9	288460	<b>Cola Branca - 1kg</b> - extra forte, para madeiras, pastosa, embalagem com bico dosador.	Garrafa	5	R\$ 34,19	R\$ 170,95
10	319588	<b>Cola - 2,8kg</b> - composição policloropreno e solventes orgânicos, cor creme, aplicação madeira, couro, borracha e plástico, características adicionais elastômero sintético, tipo líquido viscoso.	Galão	5	R\$ 34,19	R\$ 170,95
11	301501	<b>Selador - 3,6 litros</b> - composição resinas nitrocelulósicas e alquídicas modificadas, aplicação superfícies internas da madeira, incolor.	Galão	3	R\$ 124,26	R\$ 372,78
12	214344	<b>Bucha p/ Parafuso</b> - material náilon, comprimento 3, espessura 6. Caixa c/ 100 unidades	Caixa	5	R\$ 13,07	R\$ 65,35
13	214348	<b>Bucha p/ Parafuso</b> - material náilon, comprimento 4, espessura 8. Caixa c/ 100 unidades	Caixa	5	R\$ 21,45	R\$ 107,25
14	245356	<b>Parafuso auto-atarraxante, para bucha S6</b> - material aço, tratamento superficial zincado, tipo cabeça chata, diâmetro corpo 4,20, comprimento 40. Caixa c/ 100 unidades	Caixa	5	R\$ 17,79	R\$ 88,95
15	273504	<b>Filtro de água</b> - material polipropileno, pressão 10 a 50, diâmetro conexão saída 3/4, diâmetro 4 1/2, vazão 1.000, diâmetro conexão entrada 3/4, características adicionais elemento filtrante em cartucho plissado de poliéster	Unid.	10	R\$120,00	R\$ 1.200,00
16	317913	<b>Prego 13 x 18</b> saco c/ 1kg - com cabeça, material aço, tipo cabeça chata, tipo corpo liso, tipo ponta comum, bitola 13x18.	Saco	2	R\$ 12,65	R\$ 25,30
17	356393	<b>Parafuso cabeça chata</b> - , material ferro, diâmetro nominal 4, comprimento nominal 40, características adicionais cementado, bicromatizado zincado, fenda tipo philips.	Unid.	200	R\$ 0,09	R\$ 18,00
18	340555	<b>Lixa</b> - material óxido alumínio, apresentação cinta, tipo grão 40, comprimento 530, largura 75.	Unid.	20	R\$ 9,02	R\$180,40
19	340556	<b>Lixa</b> - material óxido alumínio, apresentação cinta, tipo grão 60, comprimento 530, largura 75.	Unid.	20	R\$ 9,28	R\$ 185,60

20	315489	<b>Lâmina Serra</b> - material aço carbono, largura 3/8, aplicação serra tico-tico profissional e industrial, quantidade 24 dentes por polegada, características adicionais dentes temperados para madeira.	Unid.	20	R\$ 7,65	R\$ 153,00
21	446959	<b>Revestimento Textura, tipo grafiato, cor branca - lata c/ 28kg</b> , superfície aplicação alvenaria, método aplicação desempenadeira aço e rolo, rendimento 4 a 6.	Lata	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
22	253838	<b>Tinta acrílica cor: camurça - Galão 3,6 litros</b> - componentes emulsão acrílica modificada, pigmentos ativos e, aspecto físico líquido viscoso, cor camurça, prazo validade 24, rendimento 40 a 45, aplicação superfícies lisas, concreto, gesso, amianto, rebo-, tipo acabamento fosco.	Galão	2	R\$ 83,11	R\$ 166,22
23	233166	<b>Vaso Sanitário c/ Caixa Acoplada.</b> Saída Vaso Sanitário Vertical, Formato Oval, Cor Gelo, Tonalidade Branco, Tipo de Acionamento da Bacia Sanitária Duplo Acionamento, Posição do Acionamento da Bacia Sanitária Botão Superior, Capacidade do Acionamento da Bacia Sanitária 3/6 L, Acompanha Assento Sanitário Não, Acompanha Fixação Não, Altura 74 cm, Largura 36 cm, Profundidade 61 cm, Conteúdo da Embalagem Bacia Sanitária e Caixa Acoplada + Manual de Instalação. Garantia do Fabricante 120 mes(es)	Unid.	1	R\$ 660,70	R\$ 660,70
24	297965	<b>Placa de madeira sintética, MDF, medindo 2,75m x 1,83m x 15mm</b>	Placa	3	R\$ 117,84	R\$ 353,52
25	413680	<b>Silicato de sódio (Na<sub>2</sub>SiO<sub>3</sub>)</b> - Silicato de sódio, aspecto físico pó, cristais ou grânulos brancos, composição química NA <sub>2</sub> SIO <sub>3</sub> (ANIDRO), peso molecular 122,06, grau de pureza teor mínimo de 45% de SIO <sub>2</sub> e de 50% de NA <sub>2</sub> O, número de	Kg	3	R\$ 16,10	R\$ 48,30

		referência química CAS 6834-92-0.				
26	216960	<b>Cal virgem Saco c/ 20 kg</b> - Cal viva, material óxido cálcio, cor branca, apresentação pó.	Saco	1	R\$ 20,25	R\$ 20,25
27	382990	<b>Bicarbonato de Amônia 500g - Frasco c/ 75ml</b> Bicarbonato de amônio, aspecto físico pó branco, fórmula química NH <sub>4</sub> HCO <sub>3</sub> , peso molecular 79,06, grau de pureza mínima de 99%, número de referência química CAS 1066-33-7.	Frasco	1	R\$ 18,00	R\$ 18,00
28	407961	<b>Algodão Hidrófilo - Pacote c/ 500g</b> - Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em rolete, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril.	Pacote	1	R\$ 14,39	R\$ 14,39
29	345785	<b>Bicarbonato de Sódio - Saco c/ 25kg</b> - Bicarbonato de sódio, aspecto físico pó branco, fino, composição NAHCO <sub>3</sub> , pureza mínima teor de pureza mínima 99,5, peso molecular 84,01, número de referência química CAS 144-55-8.	Saco	1	R\$ 321,25	R\$ 321,25
30	375443	<b>Resina Acrílica - Galão c/ 3,6L</b> - Verniz, acabamento transparente, cor incolor, aplicação vidros/ espelho/ gesso/ cerâmica/ porcelana/ madeira, tipo vitral, composição resina acrílica hidroxilada, solventes aditivos.	Galão	1	R\$ 95,71	R\$ 95,71
31	216904	<b>Tijolo Cerâmico Maciço</b> - Tijolo, material barro cozido, tipo maciço, comprimento 21, largura 10, espessura 6, peso 2.300, cor vermelha, aplicação estrutural.	Unid.	200	R\$ 0,74	R\$ 148,00

32	434601	<b>Hidrofugante - Galão c/ 3,8L -</b> Solução, composição silano siloxano	Galão	1	R\$ 113,53	R\$ 113,53
33	216953	<b>Areia - Saco c/ 20kg -</b> Areia, tipo lavada, granulometria fina	Saco	20	R\$ 3,32	R\$ 66,30
34	216966	<b>Cimento - Saco c/ 25Kg -</b> Cimento Portland, material clinker, tipo alta resistência inicial	Saco	2	R\$ 12,49	R\$24,98
35	320920	<b>Cal Hidratada CH-III p/ Const. Civil - Saco c/ 20kg -</b> Cal hidratada, aspecto físico pó, cor branca, aplicação construção civil, composição CA (OH2), peso molecular 74, características adicionais alto teor de cálcio, pouco solúvel, 2 anos valida, classificação CH3.	Saco	53	R\$ 11,19	R\$ 593,07
36	396007	<b>Cal para Pintura c/ Fixador - Saco c/ 8kg -</b> Cal hidratada, aplicação pintura, material óxido cálcio, cor branca, apresentação físico pó, características adicionais inodoro, com fixador, pureza mínima 90%	Saco	53	R\$ 7,80	R\$ 413,40
37	329586	<b>Lixa para madeira - grão 100</b> (pacote com 50 folhas - 225 x 275mm) - Lixa, material papel, tipo lixa madeira, apresentação folha, tipo grão 100, comprimento 275, largura 225mm.	Pacote	03	R\$ 39,75	R\$ 119,25
38	290510	<b>Lixa para Madeira - grão 120</b> (pacote com 50 folhas 225x275mm) - Lixa, material papel, tipo lixa madeira, tipo grão 120, comprimento 275, largura 225mm.	Pacote	03	R\$ 67,50	R\$ 202,50
39	231506	<b>Lixa de Ferro Tela Esmeril Grão 50 folhas</b> (pacote com 50 folhas 225 x 275). - Lixa,	Pacote	01	R\$ 92,50	R\$ 92,50

		material óxido alumínio, tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 50, comprimento 275, largura 225mm.				
40	297215	<b>Lixa de Ferro Tela Esmeril Grão 80 folhas</b> (pacote com 50 folhas 225 x 275) - Lixa, material óxido alumínio, tipo lixa de ferro, apresentação folha, tipo grão 80, comprimento 275, largura 225mm.	Pacote	01	R\$ 82,50	R\$ 82,50
41	231507	<b>Lixa de Ferro Tela Esmeril Grão 100 folhas</b> (pacote com 50 folhas 225 x 275mm) - Lixa, material óxido alumínio, tipo lixa de ferro, apresentação folha, tipo grão 80, comprimento 275, largura 225mm.	Pacote	01	R\$ 93,00	R\$ 93,00
42	316824	<b>Luva de Látex natural com revestimento interno (tamanho grande)</b> - Luva industrial, material látex natural e algodão, revestimento interno forrada com algodão, acabamento superficial com palma antiderrapante, tamanho grande, características adicionais anatômica, resistente, textura homogênea, espessura 0,55.	Par	50	R\$ 2,88	R\$ 143,75
43	327611	<b>Escova de Aço cabo madeira 3 fileiras</b> - Escova, material aço inoxidável, material cabo madeira, diâmetro fio 0,30, quantidade fios aço 15 x 3 (fileiras), aplicação solda, características adicionais altura fileiras 30mm, comprimento cabo 300.	Unid.	10	R\$ 4,68	R\$ 46,80
44	70955	<b>Solvente de tinta – 5 litros</b>	Galão	05	R\$ 41,87	R\$ 209,35

		Redutor de tinta, nome redutor de tinta ( solvente ).				
45	423648	<b>Tinta Esmalte sintético acetinado; cor - cinza médio padrão; base - M; 3,6 litros</b> Tinta esmalte, tipo acabamento acetinado, cor cinza médio (padrão), base M.	Galão	30	R\$ 84,90	R\$ 2.547,00
46	238729	<b>Tinta esmalte sintético acetinado; cor: Branco neve; 3,6 litros.</b> - aplicação metal e madeira, tipo acabamento acetinado, diluente indicado aguarrás, método de aplicação rolo/ pincel e pistola.	Galão	20	R\$ 66,17	R\$ 1.323,40
47	391612	<b>Esmalte sintético fosco; cor - Grafite Escuro; 3,6 litros</b> - tipo acabamento fosco, aplicação metal e madeira, material base resina alquídica, características adicionais interior e exterior.	Galão	10	R\$ 73,73	R\$ 737,30
48	262861	<b>Aguarrás 5 litros</b> - aplicação solvente de tinta, composição 100% destilado de petróleo, características adicionais sem benzeno, álcool ou querosene.	Lata	10	R\$ 62,32	R\$ 623,20
49	436300	<b>Cola Adesivo PVA 250g para madeira</b> - composição poliacetato de vinila (pva), cor branca, aplicação madeiras, laminados decorativos, plásticos, papel, tipo pastosa.	Frasco	96	R\$ 10,59	R\$ 1.016,64
50	240929	<b>Massa para madeira (exterior/interior) 3,6 litros</b> - aspecto físico massa textura lisa e fosca, cor branca, método aplicação espátula e aplicador borracha, aplicação nivelamento/correção superfícies madeira, utilizada em interiores e exteriores.	Galão	15	R\$ 70,90	R\$ 1.063,50
51	239398	<b>Trincha Média 2" para Tinta</b>	Unid.	10	R\$ 7,24	R\$ 72,40



		<b>Látex e Acrílica</b> - material cabo madeira envernizada, material cerdas gris dupla, tamanho 2", tipo cabo anatômico.				
52	239399	<b>Trincha Média 3" para Tinta Látex e Acrílica</b> - material cabo madeira envernizada, material cerdas gris dupla, tamanho 3", tipo cabo anatômico.	Unid.	09	R\$ 10,38	R\$ 93,42
53	233991	<b>Rolo para Pintura – 9cm</b> - Rolo pintura predial, material espuma poliéster, aplicação parede / madeira / estrutura metálica, comprimento 9cm, características adicionais com cabo.	Unid.	17	R\$ 11,54	R\$ 196,18
54	229043	<b>Rolo de Espuma – 15cm</b> Rolo pintura predial, material espuma, comprimento 15cm.	Unid.	15	R\$ 11,57	R\$ 173,55
55	250981	<b>Rolo de Espuma - 23 cm</b> Rolo pintura predial, material espuma sintética, comprimento 23cm, material cabo plástico resistente.	Unid.	15	R\$ 20,49	R\$ 307,35
56	227348	<b>Estopa 400g</b> - material fio algodão crú/fio algodão alvejado/, aplicação limpeza detritos e restos de óleo.	Saco	10	R\$ 7,82	R\$ 78,20
57	298560	<b>Respirador para Pó</b> - Descartável - Máscara, tipo respirador, tipo uso descartável/único, tipo fixação tiras elásticas com clipe nasal e hipoalérgico, características adicionais filtro 3 micra.	Caixa	24	R\$ 146,50	R\$ 3.516,00
58	324788	<b>Abraçadeira em Nylon Branca 4,9 x 300mm - pacote pacote c/ 100 unidades</b> - material náilon, tipo autotravante, comprimento total 300mm, largura 4,90mm.	Pacote	05	R\$ 19,87	R\$ 99,35
59	278969	<b>Fita Adesiva Crepe 25 mm x 50m; pacote c/ 06 unid.</b> -	Pacote	20	R\$ 35,07	R\$ 701,40

		material crepe, tipo monoface, largura 25mm, comprimento 50m, cor branca, aplicação multiuso.				
60	278973	<b>Fita crepe para pintura 50mm x 50m; pacote c/ 06 unid.</b> - material crepe, tipo monoface, largura 50, comprimento 50, cor branca, aplicação multiuso.	Pacote	20	R\$ 66,89	R\$ 1.337,80
61	310244	<b>Corrente Plástica para sinalização e calhas com elo pequeno</b> - Delimitador tráfego, material plástico, tipo corrente, cor amarela e preta, dimensões elo 63x34x9.	Metro	10	R\$ 4,36	R\$ 43,60
62	245412	<b>Graxa amarela 500g</b> - tipo base óleo mineral, aplicação lubrificante, características adicionais amarela.	Lata	05	R\$ 16,22	R\$ 81,10
63	388736	<b>Herbicida Boral SC 1 Litro</b> - sulfentrazone, concentração 50 p/v, forma física suspensão concentrada, número de referência química CAS 122836-35-5	Unid.	05	R\$ 193,45	R\$ 967,25
64	345273	<b>Selante de Silicone 280g</b> - Silicone adesivo, material à base de resina sintética, aspecto físico pastoso, cor cinza, aplicação pistola, características adicionais selante, flexível alta aderência, vedar calhas.	Tubo	31	R\$ 20,48	R\$ 634,88
65	252393	<b>Rolo de lã para pintura anti-respingo – 9cm</b> - Rolo pintura predial, material lã de carneiro, material tubo plástico, aplicação superfície lisa/látex e acrílica, comprimento 9cm, material cabo plástico resistente	Unid.	15	R\$ 16,03	R\$ 240,45
66	372682	<b>Rolo de lã para pintura (anti-respingo) – 15cm</b> - Composição: lã sintética.	Unid.	15	R\$ 18,09	R\$ 271,35

		Indicação: anti-respingo econômico / superfícies lisas; rolo para uso paredes e tetos; E possa ser utilizado com tintas látex e acrílica.				
67	231858	<b>Rolo de lã de carneiro para pintura – 15 cm</b> - Rolo pintura predial, material lã de carneiro, altura 15, material tubo plástico, aplicação superfície lisa/rugosa/acrílica e látex	Unid.	15	R\$ 22,89	R\$ 343,35
68	229047	<b>Rolo de Espuma para pintura com cabo 1,2 x 23 cm</b> - Rolo pintura predial, material espuma, comprimento 23.	Unid.	15	R\$ 20,61	R\$ 309,15
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO</b>					<b>R\$ 26.192,35</b>	

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa para compras dos materiais solicitados nos **itens 1 a 24** se dá pois os mesmos, serão utilizados na manutenção das de paredes, reposição/manutenção sanitária e hidráulica, melhorando a estética e corrigindo imperfeições de alvenaria. Além de repor vaso sanitário danificado e substituir torneira defeituosa oferecendo conforto e dignidade aos usuários. Reduzindo o desperdício de água com materiais danificados.

2.2. A justificativa para compras dos materiais solicitados nos **itens 25 a 36**, será na sua utilização para a recuperação e conservação dos elementos construtivos arquitetônicos da Murada da Escada de acesso ao Campus do MAST/ON da Rua General Bruce (arcos e pilares de tijolo de barro).

2.3. A justificativa para compras dos materiais solicitados nos **itens 37 a 68** se dá pois o conjunto de edificações integrantes do campus MAST/ON possui valor inestimável para a sociedade e a história da ciência no Brasil e como tal, precisa ser preservado para que as gerações futuras possam ter a oportunidade de conhecê-las, assim como a sua história. As intervenções nestas edificações devem objetivar a manutenção da integridade material de seus componentes construtivos, e sempre que possível evitar alterações que comprometam os aspectos de sua tipologia original.

2.4. Esta presente etapa de intervenção e restauração da estrutura de madeira do pavilhão Bamberg tem como proposta e objetivo a conservação dos materiais construtivos originais e, conseqüentemente, a preservação da tipologia arquitetônica original da edificação perante todo o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado sob a guarda do MAST.

2.5. A última intervenção datada de 1986 retirou todas as camadas de materiais de pintura do pavilhão: camada inferior de zarcão e superior de tinta esmalte cor grafite escuro. Sem estas camadas de proteção, a madeira esteve exposta às intempéries climáticas que agrediram, de forma irreversível, as venezianas de madeira das fachadas causando fissuras, desprendimentos, lacunas, apodrecimento, empenamento e perda de pelo menos

10% da composição original da madeira da estrutura e dos elementos das fachadas. Pretende-se utilizar praticamente 90% das peças de madeira original recompondo as partes faltantes nas lacunas existentes.

2.6. Neste processo de recuperação, a fase principal será a recomposição das camadas de pintura dos elementos de madeira estruturais e das fachadas. A inserção de camadas de materiais (massas para madeira, tinta de base, tinta de acabamento, etc.) para proteger todos os elementos da estrutura de madeira contra as intempéries climáticas (que cada vez mais possuem variações dos níveis de temperatura e umidades acentuados na cidade do Rio de Janeiro) é imprescindível para a conservação e preservação do Pavilhão da Luneta Meridiana Bamberg, sob a guarda do MAST. Neste sentido, para que o Pavilhão da Luneta Meridiana Bamberg seja recuperado plenamente, e que sejam realizadas as fases do processo de conservação curativa é essencial a aquisição dos materiais de consumo descritos neste Termo de Referência.

2.7. Os quantitativos foram definidos com base no cálculo de compras em anos anteriores.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. A natureza dos objetos a serem adquiridos é definida como bem comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520 de 2002.

### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única no seguinte endereço: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rua General Bruce, n.º 586, Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20921-030.

4.2. O setor responsável pelo recebimento dos **itens 1 a 24** será o Serviço de Infraestrutura e Logística (SEILO) da Coordenação de Administração (COADM).

4.3. O setor responsável pelo recebimento dos itens **25 a 36** será o Serviço de Produção Técnica (SEPTC);

4.4. O setor responsável pelo recebimento dos itens **37 a 68** será a Coordenação de Museologia (COMUS).

#### **4.5. Validade ou Garantia do Objeto**

4.2.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3 (três) anos, do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

10.1. A contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de desperdícios e da poluição ambiental, tais como:

10.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

10.1.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

- 10.1.3. Utilização de produtos que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 10.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 10.1.5. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional de água e energia elétrica;
- 10.1.6. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de energia elétrica, de consumo de água, de poluição e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigente;
- 10.1.7. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;
- 10.1.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializarem ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;
- 10.1.9. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- 10.1.10. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber;
- 10.2. Uso racional de energia elétrica:
  - 10.2.1. A contratada deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, como exemplo a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos mais eficientes quanto à economia de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética. De acordo com essa eficiência, os aparelhos são classificados pelo Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial dos produtos que chegam ao mercado;

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
  - 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 11.1.3. fraudar na execução do contrato;

- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 11.1.5. cometer fraude fiscal;
  - 11.1.6. não mantiver a proposta.
- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.3. multa moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento) dias;
- 11.3.1. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 11.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 11.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 11.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 11.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.





MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2018.

---

Antonio Carlos Martins

---

Luciano Lomeu de Avelar

---

Márcio Ferreira Rangel



## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

Tel.: ..... E-mail: .....

Banco: ..... Agência: ..... Conta: .....

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						
...						
...						

1. Declaramos que nos preços propostos acima estão inclusas todas as despesas envolvidas com a aquisição e entrega dos itens.
2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação.
3. Declaramos, ainda, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações especificadas nos documentos referidos.
4. Os valores acima não geram nenhum compromisso por parte do MAST perante a empresa contratada.

Localidade, ..... de ..... de 20.....

.....

Assinatura do Representante Legal, com nome completo

*Papel Timbrado da Empresa*